



Mais de R\$ 3,1 trilhões economizados e arrecadados pela Advocacia-Geral da União (AGU) entre 2010 e 2014, em ações para garantir as regras do ENEM, confirmar a finalidade do “Mais Médicos”, leilões de exploração de energia elétrica, pré-sal e concessão de rodovias e aeroportos.

Mais de R\$ 625,84 bilhões só em 2014. A cifra corresponde ao montante que deixou de ser gasto pelo governo ou que foi recuperado para os cofres públicos nas ações judiciais que contaram com a atuação da Advocacia-Geral da União (AGU).



A AGU CUSTOU, EM 2014, 0,35% DE TUDO QUE ARRECADOU/ECONOMIZOU AOS COFRES DA UNIÃO.

A Fazenda Nacional economizou R\$ 550 bi somente com três ações no STF.

A PGFN fechou 2014 aliviada com ao menos três decisões do Supremo Tribunal Federal que, se julgadas a favor do contribuinte, poderiam ter gerado gastos de até R\$ 549,9 bilhões à União.



2015

RETORNO À SOCIEDADE E AO ESTADO

Considerando-se o valor total arrecadado, que efetivamente ingressou nos cofres da União, e a despesa realizada pela PGFN em 2014, conclui-se que, para cada R\$ 1,00 (um real) alocado neste órgão, suas atividades retornaram à sociedade e ao Estado, aproximadamente, **R\$ 18,55**.

Quando se acrescem à arrecadação da Dívida Ativa da União os valores das vitórias judiciais e extrajudiciais da PGFN, que refletem a manutenção do fluxo de arrecadação da União, observa-se que a atuação da PGFN resultou em um retorno de mais de **R\$ 800,00** para cada R\$ 1,00 (um real) de despesa realizada em razão de suas atividades.

Além disso, as expressivas vitórias na atuação judicial e extrajudicial também evidenciam o esforço para recuperar e defender o crédito público, na busca pela justiça fiscal e cumprimento da ordem jurídica.